

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS- GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
EM GESTÃO EM SAÚDE**

Comissão de elaboração:
Prof^ª. Dr^ª Cássia Barbosa Reis
Prof^ª Me. Loreci Gotschalk Nolasco
Prof^ª Me. Marcia Maria Ribeira Lopes
Prof^ª Me. Ana Lucia Marran
Prof^ª Esp. Magareth Soares Dalla Giacomassa

Tec. Nível Superior Lúcia Cristina Faleiros

AGOSTO

2013

- **Aprovado pela Deliberação CPPG/CEPE N° 130, de 15 de outubro de 2013.**
- **Homologado, com alteração, pela Resolução CEPE N° 1.412, de 25 de maio de 2014.**

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	2
5. JUSTIFICATIVA.....	3
6. HISTÓRICO DA INSTUIÇÃO PROPONENTE	6
7. OBJETIVOS DO CURSO	8
8. PERFIL DO PROFISSIONAL EGRESSO DO CURSO	9
9. PERÍODO DO CURSO.....	10
10. METODOLOGIA	10
11. COORDENAÇÃO DE CURSO	14
12. CORPO DOCENTE.....	14
13. FORMAS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM.....	14
17. MATRIZ CURRICULAR E CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS	15
17.2 MÓDULO ESPECÍFICO.....	16
20. INFRAESTRUTURA	34
23 ACERVO BIBLIOGRÁFICO.....	34
24 REFERÊNCIAS.....	35

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão em Saúde

1.1 **Modalidade:** a distância

2. ÁREA DE CONHECIMENTO

Enfermagem de Saúde Pública (CNPq 4.04.06.00-8)

3. UNIDADE PROPONENTE

Grupo de Pesquisa: Núcleo de Pesquisa em Saúde.

3.1. Instituições parceiras

O curso será desenvolvido em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), prefeituras dos municípios que sediarão os polos de apoio presencial onde o curso for oferecido.

4. PÚBLICO ALVO E NÚMERO DE VAGAS

O curso destina-se portadores de diploma de curso superior que exerçam atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor ou que tenham aspirações ao exercício da gestão em saúde. Serão ofertadas, no mínimo 125 (cento e vinte e cinco) e no máximo 150 (cento e cinquenta) vagas, distribuídas em 03 (três) Polos UAB localizados nos municípios de Água Clara, Camapuã e Miranda.

5. JUSTIFICATIVA

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional desenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO; COUTO, 1996; PINHO; SANTANA, 2001). Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as “verdadeiras” funções de Estado: regulação e indução.

Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma nova gestão de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios, sobretudo para os últimos, que adota o *welfarismo* municipal.

As políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

(FUNDEF), respectivamente. Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (ABRÚCIO; COUTO, 1996; ABRUCIO, 2005). Na realidade, até o presente momento muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública, como sugerem Kissler e Heidemann (2006).

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal (CF), há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. Dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) revelam que a receita própria dos municípios está aquém do potencial de arrecadação. De fato, a Tabela 1 mostra que nem todos os municípios cobram Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU (93%) e apenas 83% têm sistema de cobrança informatizado. No que tange ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, somente 83,7% dos municípios cobram e apenas 67,9% o fazem com sistema informatizado. Na Região Nordeste, a situação é preocupante: menos da metade dos municípios (47,6%) têm sistema de ISSQN informatizado. Ressalte-se que, no Brasil, essa situação é mais frequente nos municípios com população abaixo dos 20.000 habitantes.

Tabela 1 - Municípios, total, com cadastro imobiliário, com cobrança de IPTU, Planta Genérica de Valores e cadastro para cobrança do ISS, com indicação da existência de sistema informatizado dos cadastros e da Planta Genérica de Valores, segundo classes de tamanho da população dos municípios – Brasil, 2012

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Cadastro imobiliário			Cobrança de IPTU	Planta Genérica de Valores		Cadastro para cobrança do ISS	
	Total	Total	Informa tizado		Total	Infor matiza do	total	Infor matiz ado
BRASIL	5 565	5 224	4 725	5 334	4 341	3 489	5 132	4 560
Até 5 000	1 298	1 217	1 071	1 226	969	757	1 145	983
De 5 001 a 10 000	1 210	1 112	974	1 122	878	671	1 104	938
De 10 001 a 20 000	1 388	1 276	1 158	1 279	1034	819	1 270	1 122
De 20 001 a 50 000	1 054	1 006	921	996	877	726	1 005	922
De 50 001 a 100 000	327	325	315	323	307	265	322	314
De 100 001 a 500 000	250	250	248	250	239	216	249	245
Mais de 500 000	38	38	38	38	37	35	37	36

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros 2012, IBGE (2012).

Em relação a taxas, os municípios brasileiros estão longe da eficiência arrecadadora, conforme prevê a LRF. A Tabela 2 revela que taxas de coleta e de limpeza pública são cobradas em menos da metade dos municípios.

Tabela 2: Percentual total de municípios com existência de taxas instituídas em 2006.

Brasil	Total	Com existência de taxas instituídas					
		Taxa de iluminação	Taxa de coleta de lixo	Taxa de incidência	Taxa de limpeza pública	Taxa de poder de polícia	Outros tipos de taxas
	100,0	70,0	40,5	2,7	42,2	55,2	42,2

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros 2006, IBGE (2006).

Esses dados mostram que o poder público municipal não está preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir a legislação relacionada à arrecadação. É razoável afirmar que isso se deve à carência de quadro de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa.

Nesse sentido, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais capacitados em gestão. Na União, essa tarefa já se acha mais bem desenvolvida, com a (re) estruturação e (re)valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). Nos âmbitos estadual e municipal, muito ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais.

Para tanto, é preciso que seja dada oportunidade a cidadãos, a estados e prefeituras de todo o Brasil de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional. Nesse sentido justifica-se a oferta do curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão em Saúde.

6. HISTÓRICO DA INSTIUIÇÃO PROPONENTE

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, com sede na cidade de Dourados, foi criada pela Constituição Estadual de 1979 e ratificada em 1989, conforme o disposto em seu artigo 48, Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias.

Implantada, com sede em Dourados e em outros 14 municípios como Unidades Universitárias, cujos objetivos são: ministrar o ensino superior de graduação e pós-

graduação, promover a extensão universitária, desenvolver a pesquisa, e promover o desenvolvimento integral do ser humano nos campos do conhecimento, em todo o estado de Mato Grosso do Sul. Essas Unidades estão distribuídas nos seguintes Municípios: Aquidauana, Amambai, Campo Grande, Cassilândia, Coxim, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Dourados.

Por meio da Lei Estadual Nº 2.605/03, a UEMS reserva um porcentual de 20% das vagas gerais dos cursos oferecidos para negros e 10% para indígenas corrigindo as deficiências legais no que tange a efetividade de uma igualdade material nesse sistema.

A UEMS busca desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão em consonância com a Lei Nº 9.394/96, salvaguardando o papel social da universidade enquanto instituição social autônoma e fundamental para o fortalecimento da democracia.

A Instituição tem a missão de gerar e disseminar o conhecimento, com vistas ao desenvolvimento das potencialidades humanas, dos aspectos político, econômico e social do Estado, e com compromisso democrático de acesso a educação superior e o fortalecimento de outros níveis de ensino, contribuindo, dessa forma, para a consolidação da democracia, atenta aos problemas e demandas sociais.

Tem procurado, assim, materializar seus princípios como instituição pública, sempre atenta às necessidades de todas as localidades do Estado desenvolvendo ações, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação e extensão nas diversas áreas do conhecimento e da atuação humana.

Ao longo dos anos, a UEMS diversificou e ampliou sua atuação, tornando-se um importante instrumento de desenvolvimento do Estado e de inclusão social dos sul-mato-grossenses.

Atualmente a UEMS oferece 58 cursos de graduação em diversas áreas do conhecimento, 05 cursos de pós-graduação *lato sensu* presenciais e 09 programas *stricto sensu*, sendo 08 cursos de mestrado e 01 curso de doutorado.

Na área de saúde, a UEMS oferece o Curso de Graduação em Enfermagem, implantado em agosto de 1994, passando a ser o segundo curso de Enfermagem no Estado. A primeira estrutura curricular foi organizada de acordo com a Legislação do Conselho Federal

de Educação, Parecer CFE Nº 163/72 e Resolução CFE Nº 04/72, que regulamentavam o Currículo Mínimo para o Curso de Enfermagem e Obstetrícia.

Sua trajetória foi marcada pela preocupação com a formação, passando por várias adequações curriculares com o objetivo de atender tanto questões internas como as exigências legais desencadeadas pelas políticas centrais envolvendo a Educação Superior.

Atualmente, o curso de enfermagem conta com um quadro de professores efetivos capacitados que desenvolvem atividades de ensino, extensão e pesquisa nas diversas sub-áreas da enfermagem, da saúde e da educação. Encontram-se ativos no CNPq 3 grupos de pesquisa associados ao curso de enfermagem: Núcleo de Pesquisas em Saúde, Grupo de Estudos (GEPES) e Pesquisas em Educação e Saúde e Grupo de Pesquisa em Necessidades de Saúde do Idoso (GPENSI).

No que se refere, especificamente, a educação a distância, foi ofertado o curso de especialização em Gestão Pública Municipal. Atualmente, encontra-se em andamento, o curso de graduação/bacharelado em Administração Pública.

O Plano de Desenvolvimento Institucional. (PDI) 2009 – 2013 (aprovado pela Resolução COUNI-UEMS Nº 348, de 14 de outubro de 2008), objetivou o desenvolvimento, a expansão e a qualificação das atividades-fim da Universidade, buscando a modernização na oferta de cursos de pós-graduação. No detalhamento em que se desdobram estes objetivos, a Educação a Distância emerge como uma linha de ação que se propõe a dar respostas ao anseio da comunidade acadêmica expandindo qualificadamente as atividades de pós-graduação e ampliando o acesso ao ensino superior.

É nesse sentido que, em 2008, é criada a Assessoria em Educação a Distância (AEAD), com a missão de expandir o acesso àqueles que não podem se deslocar até uma das Unidades Universitárias da UEMS. O objetivo maior é, assim, democratizar o acesso, eliminando barreiras e criando condições para que populações excluídas tenham agora a possibilidade de uma educação de qualidade.

Essa política da UEMS vem ao encontro de uma evidente tendência mundial do uso das tecnologias para eliminar a exclusão educacional.

7. OBJETIVOS DO CURSO

a) Objetivo Geral

O curso tem como principal objetivo a qualificação de pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais na área de saúde.

b) Objetivos Específicos:

- capacitar quadro de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos de saúde;
- capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica no que se refere a gestão em saúde;
- contribuir para a melhoria da gestão das atividades de saúde desempenhadas pelo Estado brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal;
- contribuir para que o gestor em saúde desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.

8. PERFIL DO PROFISSIONAL EGRESSO DO CURSO

O Curso de Especialização Gestão em saúde é de grande importância, na medida em que os especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social e política. Para tal espera-se que o gestor em saúde seja capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos estruturais como funcionais), compatíveis com o ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção de sucesso.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizados ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas no setor da saúde, tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito crítico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Aliada a esta “personalidade dinâmica e flexível” – traço essencial na garantia de um bom desempenho do profissional da gestão, é preciso ainda que o Gestor em saúde

desenvolva uma “visão estratégica dos negócios públicos”, o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da administração e da integração destas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico em relação a saúde.

Desse modo, independente dos conhecimentos “comportamentais” e “de contexto”, exige-se do gestor em saúde, o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional, de seus “recursos” humanos, financeiros e de produção e de gestão pública, evidentemente referenciada em um compromisso ético com a construção de uma sociedade mais justa.

No campo organizacional e de seus recursos, espera-se que o gestor em saúde seja capaz de promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades dos servidores e sociedade em geral. Para tal, exige-se que o gestor em saúde seja capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos estruturais como nos funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção de sucesso.

Na área de estudos governamentais é imprescindível que o gestor em saúde, seja capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da formação social, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais, seja na área financeira e orçamentária, seja no processo de formulação e avaliação de políticas públicas em geral, não apenas de modo a cuidar da “coisa pública” de modo eficiente, mas, também, responsável, permitindo, assim, a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado.

9. PERÍODO DO CURSO

O Curso será temporário e terá uma duração mínima de 12 (doze) e máxima de 18 (dezoito) meses, incluindo cumprimento de créditos e elaboração de TCC.

10. METODOLOGIA

O curso será ofertado na modalidade a distância com a realização de encontros presenciais destinados a discussões temáticas com os professores das disciplinas, orientações,

oficinas, avaliações de aprendizagem e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Na educação a distância, são utilizados instrumentos e objetos de aprendizagens projetados para possibilitar a melhor interação dos alunos com os professores e como consequência, com os conhecimentos multidisciplinares da Tecnologia de Informação, dos professores autores e da estrutura de apoio ao aluno. A linguagem escrita é a ferramenta mais utilizada para o diálogo ou interação entre educando e educadores. Assim, para a operacionalização deste projeto pedagógico serão utilizados:

a) Os textos e livro-texto: Textos de apoio ao estudo, por disciplina, organizados pelos integrantes da equipe.

b) Textos complementares: No decorrer do curso poderão ser adquiridos novos livros, conforme as sugestões dos professores que serão disponibilizados na biblioteca dos polos de apoio presencial. Serão indicados artigos de periódicos especializados, artigos de revistas e jornais, obras clássicas, virtuais ou não para contribuir com acervo de instrumentos para o aprofundamento dos conhecimentos e discussões.

c) Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA): Para comunicação entre os sujeitos e a disponibilização de materiais necessários ao desenvolvimento das disciplinas e TCC.

A **Internet** será nesse curso, um dos principais veículos de comunicação. Por meio do ambiente virtual de aprendizagem têm-se várias ferramentas de interação que podem ser utilizadas conforme a dinâmica de cada disciplina. Para o desenvolvimento do curso, a comunicação e troca de informações poderá ser realizada por meio do *Moodle*, uma plataforma de ambiente de aprendizagem a distância, desenvolvido, pela Universidade de Brasília (UnB). Nesta plataforma conta-se com ferramentas que permitem a interação via on-line, chats, além de vários recursos para publicação e textos e exercícios para os alunos. Além desses recursos, será utilizada a ferramenta chamada web conferência, para a comunicação entre professores, tutores e alunos, apresentação de trabalhos e desenvolvimento das disciplinas.

Os meios didáticos que darão suporte a essa metodologia serão: micro-computador, TV, vídeo, retroprojetor, CD, DVD, data show, *home theater*, *pendrive*, lousa branca, etc.

Os fóruns de discussão, contato assíncrono, onde serão postadas as atividades de discussão: tirar dúvidas e interação entre colegas, professores e tutores. A disponibilização de material digitalizado, proposição de atividades, sugestão de leituras que serão disponibilizadas nas ferramentas específicas. Além disso, serão utilizados os e-mails, sempre que necessário.

O uso dos ambientes virtuais para divulgação e troca de informações, bem como a forma e as normas para o desenvolvimento das aulas virtuais e dos fóruns de discussões serão devidamente normatizados e planejados pelo Colegiado de Curso e divulgado junto aos alunos, no primeiro momento do curso. Enfim, esses momentos irão possibilitar ao aluno uma experiência ampliada de participação, de discussões e de reflexões interdisciplinares sobre as temáticas educacionais.

d) Sistema de Tutoria

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre aluno e tutor, deve ser único. O tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas, as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor pode participar da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação da aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor pode se responsabilizar pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada aluno: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento re-constutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria-prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros alunos para estudar, se participa de organizações ligadas à sua formação profissionais ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, neste processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação adequada, em termos dos aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação será oportunizada pela UEMS antes do início e ao longo do curso.

Como recursos para interlocução poderão ser utilizados:

- Ambiente Virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- Video-aulas;
- Telefone;
- e-mail.

Entre as atividades a serem contempladas poderão ser incluídas: avaliação do desempenho do aluno, palestras, aulas, seminário de pesquisas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica.

O aluno enviará as atividades e manterá contato com o seu orientador utilizando sempre o AVA, para que tudo fique registrado no sistema, evitando dissabores, muito comuns quando se utiliza outra rede de comunicação, como o correio eletrônico.

Caso o trabalho apresentado ou a avaliação escrita não atenda aos requisitos mínimos estabelecidos, o orientador indicará ao aluno literatura complementar que o auxilie a completar sua compreensão sobre o tema em estudo. O aluno deverá rever o trabalho ou se submeter a outra avaliação até o final da disciplina seguinte.

A seleção de tutores será feita por meio de Edital expedido pela PROPP e Assessoria de Educação a Distância, que especificará as exigências para acesso e aprovação no processo seletivo.

e) Encontros presenciais:

Os encontros presenciais acontecerão nas instalações dos Polos de Apoio Presencial e serão utilizados para apresentação de conteúdos e para atividade de avaliação. Na véspera da avaliação, como momento de fechamento da disciplina, pode-se organizar um encontro dos alunos com o professor responsável pela mesma. Aproveita-se a presença dos alunos para discussão temática com o professor da disciplina que será oferecida em seguida.

O curso prevê que 25% (vinte e cinco por cento), da carga horária seja desenvolvida de forma presencial. Nesse percentual incluem-se, além das avaliações, encontros pedagógicos, discussões temáticas por parte dos professores das disciplinas ofertadas e apresentação dos trabalhos de conclusão do curso.

Poderão ser oferecidos “Seminários Temáticos”, que destacarem, mais acentuadamente, as atividades de pesquisa na realidade vivenciada pelo aluno. É um esforço para permitir que o aluno possa ser um dos atores efetivos, junto com os professores formadores, responsáveis pela construção do seu conhecimento em gestão em saúde, a partir da sua interação com a própria realidade em que vive. Se forem realizadas, as atividades do “Seminário Temático” vão culminar em seminários abertos à sociedade.

f) Sistema de acompanhamento (tutoria): Cada grupo de no máximo 25 alunos contará com um tutor a distância, e um tutor presencial, que fará não só o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos alunos, mas também a interação entre o aluno e o professor formador.

11. COORDENAÇÃO DE CURSO

A coordenação do Curso será exercida por um professor do quadro permanente da UEMS, preferencialmente com titulação de doutor.

12. CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso será formado, no mínimo por 50% (cinquenta por cento) de professores com titulação de mestre ou doutor, preferencialmente, dentre os do quadro de servidores efetivos. Também, poderão ser selecionados profissionais qualificados na mesma

proporção de titulação, externos à UEMS. Todos os professores deverão participar da capacitação específica em EaD a ser realizada na UEMS.

13. FORMAS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

Nos encontros presenciais, serão realizadas as avaliações das disciplinas por meio de provas, exposição de trabalhos ou realização de oficinas.

Cada disciplina terá um valor expresso em créditos correspondendo cada crédito a 15 horas aula. Os créditos relativos a cada disciplina somente serão conferidos ao aluno que tiver, no mínimo, conceito “C”, de acordo com a escala:

Tabela 03- Tabela de equivalência

De 9,0 a 10,0	A	Excelente
De 8,0 a 8,9	B	Bom
De 7,0 a 7,9	C	Regular
De 0 a 6,9	D	Insuficiente

O aluno reprovado em qualquer disciplina do curso ficará impedido de apresentar o trabalho de conclusão do curso.

14. ESPECIFICAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O TCC será desenvolvido por meio de atividade de pesquisa na área da gestão em saúde e será realizado pelos alunos na modalidade de Artigo Científico, atividade que exigirá domínio do tema escolhido, tratamento científico adequado e acompanhamento de um professor, ou um dos tutores (a distância ou presencial) ou de colaboradores do curso a ser definido pelo Colegiado do Curso. O artigo científico deverá ser desenvolvido individualmente e deverá ser submetido à apresentação pública e previamente em seminários temáticos.

Ao TCC será destinado uma carga horária mínima de 30 (trinta) horas, equivalendo a 2 (dois) créditos.

15. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares não são obrigatórias no curso, mas serão incentivadas na forma de participação em eventos de natureza científica. Com isso espera-se que o aluno desenvolva a cultura da reflexão, da pesquisa e da troca coletiva sobre os seus saberes e práticas.

16. CRITÉRIOS PARA OBTENÇÃO DE CERTIFICADO

Para obter o certificado de especialista, o aluno deverá atender às seguintes exigências: completar, com aprovação, o número de créditos previstos e pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) de frequência em todas as atividades presenciais, segundo as normas vigentes; ser aprovado na avaliação do TCC e não possuir débitos com a biblioteca e demais órgãos da UEMS.

17. MATRIZ CURRICULAR E CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS

O curso, com 510 (quinhentas e dez) horas, está organizado a partir de 2 (dois) módulos: um básico e um específico, mais o trabalho de conclusão de curso com carga horária de 30 (trinta) horas.

17.1 Módulo Básico

O módulo básico é o núcleo composto por oito disciplinas, de 30 (trinta) horas, perfazendo um total de 240 (duzentos e quarenta) horas:

A função do Módulo Básico é propiciar ao aluno uma tomada de consciência sobre a atual política do governo, situando-a na passagem que vem se dando, ao longo destes últimos anos, de um Estado Gerencial para um Estado Necessário.

Tabela 4 – Módulo Básico

17.2 Módulo específico

O módulo específico é composto por 2 (duas) disciplinas de 60 (sessenta) horas e 4 (quatro) disciplinas de 30 (trinta) horas, perfazendo um total de 240 (duzentos e quarenta) horas.

Tabela 5 – Módulo específico

Ord.	Disciplina	CH	CRÉDITO
1	Políticas de Saúde: fundamentos e diretrizes do SUS	30	02
2	Gestão da Vigilância à Saúde	30	02
3	Organização e Funcionamento do SUS	60	04
4	Gestão dos Sistemas Serviços e de Saúde	60	04
5	Gestão Logística em Saúde	30	02

18. EMENTAS, OBJETIVOS e REFERÊNCIAS DO MÓDULO BÁSICO

Disciplina 1 - Fundamentos da Educação a Distância

Objetivo

Compreender a EaD como uma das modalidades da educação e sua importância na contemporaneidade para o acesso ao conhecimento.

Ementa

Histórico da Educação a Distância e perspectivas. Formas e características da EaD. Relações entre comunicação, tecnologia e educação. Recursos tecnológicos para a EaD. Conceitos básicos. Aspectos legais. Experiências brasileiras de educação à distância. Cenário atual. Fundamentos metodológicos. Interesse, motivação e aprendizagem. O aluno *on-line*.

Referências

ALONSO, Kátia Morosov. A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. **Educação e Sociedade**, v. 31, p. 1319-1335, out-dez, 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 14 jun. 2014.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 4ed. Campinas:Autores Associados, 2006.

GOMES, Luiz Fernando. EaD no Brasil: perspectivas e desafios. **Avaliação**, v. 18, n. 1, p. 13-22, mar. 2013.

GOUVÊA, Guaracira. **Educação a distância na formação de professores: viabilidades, potencialidades e limites.** Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2006.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância.** 5ed. Campinas: Papirus, 2008.

LITWIN, E. (Org.) **Educação a distância, temas para o debate de uma nova agenda educativa.** São Paulo: Artmed, 2001.

MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos e BEHRENS, Marilda. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** São Paulo, Papirus, 2003.

MUGNOL, Marcio. Educação a distância no Brasil: conceitos e fundamentos. **Revista Diálogo Educação**, v. 9, n. 27, p. 335-349, maio/ago, 2009.

SILVA, Marcos (org.). **Educação on-line: teorias, práticas, legislação, formação corporativa.** São Paulo: Loyola, 2003.

Disciplina 2– Estado, Governo e Mercado

Objetivo

Analisar criticamente as diversas interpretações concorrentes e/ou sucessivas sobre as dinâmicas relações entre Estado, governo e mercado.

Ementa

Os atores envolvidos na esfera pública, sejam eles governantes, funcionários, fornecedores, clientes, beneficiários, usuários de serviços públicos ou agentes objetos da regulação estatal, fundamentos e lógicas que orientam a ação dos agentes envolvidos (*stakeholders*).

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **Qual socialismo?** São Paulo: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAHL, Robert. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
Cap. 3 – A democracia poliárquica.

GIDDENS, Anthony. **Para além de esquerda e direita**. São Paulo: UNESP, 1996. “Introdução”, p. 9-30.

_____. **O Mundo na Era da Globalização**. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984

OSZLAK, Oscar. Estado y sociedad: ¿nuevas reglas de juego? Reforma Y Democracia. **Revista del CLAD**. N.9 (Oct. 1997), p. 7-61

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

PRZWORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Parte 3, “O governo do capital”, p. 87-115.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1997. Cap. 6, “A democracia vertical”, p.181.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Rio de Janeiro, LCT, 1998.

Disciplina 3 – O Público e o Privado na Gestão Pública

Objetivo

Delimitar com clareza as diferenças entre a esfera privada, que é o âmbito de atuação por excelência do administrador de empresas, e a esfera pública, na qual se situa a Administração pública e age o gestor público.

Ementa

Gestão dos negócios públicos pelo Estado; diferença fundamental entre a esfera pública e a privada; Direito Público e Direito Privado; a separação entre Estado e sociedade civil; a delimitação dos poderes dos governantes em relação ao conjunto do Estado e aos cidadãos; o

servidor como agente da ação do Estado; as prerrogativas do estado e as garantias do servidor; regime estatutário e regime contratual; vínculo estatutário e vínculo empregatício; cargo público e emprego no setor privado; a ética profissional do servidor público; as diversas organizações do terceiro setor e suas especificidades; redução das desigualdades; crescimento econômico com geração de emprego e renda; promoção da cidadania e fortalecimento da democracia.

Referências

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 1, “A grande dicotomia: público/privado”, p. 13-31.

_____. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 3, “Estado, poder e governo”, p. 53-133.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UnB. 1986.

BORÓN, Atilo. Las 'reformas del estado' en América Latina: sus negativas consecuencias sobre La inclusión social y La participación democrática. In: **Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales**, 2004.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. **A reforma do Estado nos anos 90**: lógicas e mecanismos de controle. Brasília: Mare, 1997.

_____. Da administração pública burocrática à gerencial, **Revista do Serviço Público**. Brasília: ENAP. Volume 120, n. 1, jan-abr, 1996.

FIORI, José Luis. **Em busca do dissenso perdido**: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MEIRELLES, Helly Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

PAES DE PAULA, Ana. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. In: **RAE**, FGV, Volume 45, Nº 1, Jan/Mar 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SAES, Décio. A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In: **República do capital** – capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo, Bom tempo, 1998.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. 3.ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

Disciplina 4 – Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro

Objetivo

Compreender as modificações do Estado e da sociedade no Brasil, a partir da Primeira República, até conformação atual.

Ementa

Processos de transformação social; perspectiva interdisciplinar e histórica; interdisciplinaridade e contextualização histórica; desenvolvimento econômico; mudança social e centralização e descentralização político administrativas no Brasil: da República oligárquica à República democrática do Século XXI.

Referências

ABRUCIO, Fernando L. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1998. Cap. 2, “A passagem do modelo unionista-autoritário para o federalismo estadualista: a origem do novo poder dos governadores”, p.59-108.

ALMEIDA, Maria H. T. Federalismo e políticas sociais. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1995, vol.10, n. 28, p. 88-108.

BRESSER-PEREIRA Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro, Wilhelm e Sachs (Org.). **Brasil: Um Século de transformações**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001. p. 222-259.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. (Org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: UnB, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na Câmara dos Deputados, 1989-1994. In: **DADOS**, vol. 38, n. 3, 1995.

FLEURY, Maria T. Leme, FISCHER, Rosa M. **Cultura e poder nas organizações.**São Paulo: Atlas, 1997.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local.In: **Revista de Cultura e Política**, 2006, vol., n. 69.

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: **Dados**, v. 34, n.3, 1991, p.311-348.

LAVINAS, Lena; MAGINA, Manoel A.; COUTO E SILVA, Mônica. **Federalismo e regionalização dos recursos públicos.** Rio de Janeiro: IPEA, 1995. [Textos para discussão n. 369].

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica.** 4. ed. São Paulo: Brasiliense,1983.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. **Os partidos políticos brasileiros:** a experiência federal e regional, 1945-1964. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64.** São Paulo: Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista e o ornitorrinco.** S. Paulo: Boitempo, 2003.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SOUZA, Maria C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964.** São Paulo: AlfaÔmega,1976. Cap. IV, “Os mecanismo da centralização” p. 83-104.

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: **História geral da civilização brasileira.** São Paulo: DIFEL, 1975. Tomo III – O Brasil Republicano, Livro 1, 1975. Cap. 3.

REIS, Fábio Wanderley (Org.). **Os partidos e o regime:** a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo: Símbolo, 1978.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **Governabilidade, sistema político e violência urbana.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

Disciplina 5 – Políticas Públicas

Objetivo

Identificar aspectos conceituais e práticos da construção, implementação, avaliação e monitoramento das políticas públicas no Brasil.

Ementa

Sociedade. Política. Política Pública. A concepção do “ciclo da política”. Atores políticos (*stakeholders*). Poder e recursos de poder. Bem público. Escolha racional. Novas esferas públicas de negociação e de participação popular. A formação de agenda de políticas públicas. Tipos de demandas. Decisão. Não-decisão. Arenas políticas. Padrões de comportamento e interação dos atores. Modelos de análise do processo decisório. As lógicas do processo decisório. Relações entre formulação e implementação. Modelos de implementação de políticas. Avaliação. Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Regularidades das políticas públicas no Brasil. Novos papéis e responsabilidades dos entes federativos nas políticas públicas.

Referências

ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In: **Rev. bras. Ci. Soc.**, Jun. 1999, vol.14, n. 40, p.111-141.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e comparando os Enfoques de Avaliação e Análise de Políticas Públicas**: uma contribuição para a área educacional. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. In: **Revista do Serviço Público**, n. 2, abr-jun 1998.

COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações** Petrópolis, Vozes, 1999.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Campinas: Papirus, 1996.

ELIAS, Paulo Eduardo. Reforma ou Contra-Reforma na Proteção Social à Saúde. **LuaNova**, n. 40/41, 1997, p. 193-215.

FAGNANI, Eduardo. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992. In: **Cadernos FUNDAP – Desafios da Gestão Pública Paulista**. São Paulo: Fundap, set dez, 1996, p. 59-102.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Revista de Sociologia e Política**, v.17,n.15, nov, 2000.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, n. 23, jun., 2001.

LAURELL, Ana Cristina. Para um novo Estado de Bem- Estar na América Latina. **Lua Nova**, n. 45, 1998, p. 187-204.

LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação: Balanço do Governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133-152.

MELLO, Guiomar Namó. Políticas Públicas de Educação. In: **Estudos Avançados (USP)**, vol. 5, n. 13, 1991, p. 7-47.

MILANI, Carlos R. S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. In: **Sociologias**, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 180-214.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação: Um caminhar para o mesmo lugar. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais**. São Paulo: Cortez, 1999.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático**. Brasília: ENAP, 1997.

Disciplina 6 – Planejamento Estratégico Governamental

Objetivo

Elaborar planejamento estratégico governamental aplicável a todos os níveis das gestões pública e privada.

Ementa

Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos. O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental. Plano Plurianual.

Referências

ALMEIDA Paulo R. **A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica**, 2004. (Mimeo).

CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, Ano 54, n.1, jan/mar, 2003.

ETKIN, Jorge. **Política, Gobierno y Gerencia de las Organizaciones**. Buenos Aires:Prentice Hall, 2000.

FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho I. R. de. **Planejamento estratégico na prática**. São Paulo: Atlas, 1995.

LIMA, Blanca Olias de (Coord). **La Nueva Gestión Pública**. Madrid: PearsonEducación S.A., 2001.

MATUS Carlos. **O método PES**. São Paulo: Fundap, p. 51-100, 1995.

_____. **Adeus senhor presidente : governantes governados**. São Paulo: Fundap, p. 19-70, 1996.

_____. **Política planejamento e governo**. Brasília: IPEA, 1996.

MINTZEMBERG, Henry. **Safári de estratégia**. São Paulo: Bookman, 1999.

_____. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. São Paulo: Bookman, p.183-256, 2004.

MINTZEMBERG, Henry; JORGENSE, Jan. Uma estratégia Emergente para la Política Publica. In: **Gestión y Política Pública**, v. 4, n. 1, México, primer semestre de 1995.

OLIVEIRA, Djalma de P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas**. São Paulo: Atlas, 1988.

OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: **RAP**, Rio de Janeiro, n. 40, v. 1, p. 273-88, mar/abr, 2006.

Disciplina 7 – O Estado e os Problemas Contemporâneos

Objetivo

Destacar problemas de natureza política, social e econômica a partir da análise do contexto brasileiro, esclarecer as características desse processo e evidenciar os procedimentos envolvidos, a partir da consideração desse tipo de problemas.

Ementa

Problemas de cunho socioeconômico. As trajetórias das políticas públicas concernentes a problemas socioeconômico. Efeitos da inclusão da agenda neoliberal no seu processo de elaboração. Análise da conjuntura de reformas e coalizões.

Referências

INSTITUTO DNA BRASIL. **50 brasileiros param para pensar a vocação do país**. São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2005.

ITUASSU Arthur; ALMEIDA Rodrigo (Org.) **O Brasil tem jeito?** Vol. 2: educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. Cap. 3 “Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?”, p. 69-103.

Disciplina 8 – Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública

Objetivo

Sistematizar as noções básicas e introduzir as potencialidades e limites da aplicação dos Indicadores nas diversas etapas do ciclo de formulação e avaliação de Políticas Públicas no Brasil.

Ementa

Atividades de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas; uso de informações estatísticas e indicadores referidos às diferentes áreas de atuação governamental. Diagnósticos socioeconômicos com escopo abrangente e com detalhamento geográfico adequado. Sistemas de Monitoramento. Órgãos de controle.

Referências

CARDOSO, Regina L. S. **Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público**. São Paulo: CEPAM, 1999.

FEIJÓ, C. et al. **Para entender a conjuntura econômica**. Barueri, Manole, 2008, p. 1-60.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH – Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira**. Est. Urbanos e Regionais, Salvador, 7 (1):73-89, 2005.

IBGE. **Indicadores sociais municipais**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/default_indicadores_sociais_municipais.shtm

_____. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf
Acesso em: 21/05/14

_____. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2012.shtm

IPEA. **Boletim de Políticas Sociais**. <http://www.ipea.gov.br/portal/>

JANNUZZI, Paulo M. **Indicadores Sociais: conceitos básicos para uso na avaliação e formulação de políticas**. Campinas: Alínea 2001, p.11-63.

_____. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 5ed. Campinas: Alínea, 2012.

_____. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**. Brasília 56 (2): 137-160, abr/jun 2005

_____; CAVATI SOBRINHO, H. **Informação econômica no Sistema Estatístico Brasileiro**. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 15, n. 1, p. 75-90, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. REDE Interagencial de Informação para a Saúde. Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações. 2ed. Brasília. 2008. Disponível em : <http://www.ripsa.org.br/php/level.php?lang=pt&component=68&item=19>

NAHAS, M. I. P. et al. Metodologia de construção do Índice de Qualidade urbana dos municípios brasileiros. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais** Caxambu, setembro de 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_420.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2009.

SANTAGADA, S. **Indicadores sociais: uma primeira abordagem histórica**. Pensamento Plural, Pelotas [01]: 113-142, julho/dezembro, 2007.

UNDP. **United Nations Development Programme: Human Development Reports**. Disponível em: <http://hdr.undp.org/es/data>. Acesso em: 21/05/2014

19. EMENTAS E OBJETIVOS DO MÓDULO ESPECÍFICO

Disciplina 1 – Políticas de Saúde: Fundamentos e Diretrizes do SUS

Objetivo

Conhecer os fundamentos político-ideológicos, culturais e técnicos do SUS

Ementa

Políticas Públicas Sociais no Brasil e o papel da saúde. Antecedentes do SUS e a luta pela reforma sanitária brasileira. Bases legais, político-institucionais e técnico-assistenciais do SUS. Descentralização, federalismo e relações intergovernamentais. Participação e controle social. Financiamento e distribuição de recursos. Integralidade e Intersetorialidade. Perfil demográfico e epidemiológico brasileiro/tendências. Avanços e desafios do SUS.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). **Sistema Único de Saúde**. Brasília: CONASS. Disponível em: <<http://www.conass.org.br>>.

_____. **O Financiamento da Saúde**. Brasília: CONASS, 2007. Disponível em <http://www.conass.org.br/colecao2011/livro_2.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei%208080.pdf>>. Acesso em: 30 jun.2009.

_____. **Lei nº 8.142**, de 28 de dezembro de 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm>. Acesso em: 12 jun. 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Mais Saúde** : direito de todos: 2008–2011. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 106p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios).

BREILH J, GANDRA E. **Investigação da Saúde na Sociedade** . Guia Pedagógico sobre um novo enfoque do método epidemiológico. São Paulo: Instituto de Saúde/ABRASCO, 1986.

CAMPOS, G. W. S. Reflexões sobre o Sistema Único de Saúde: inovações e limites. In: **Revista do Serviço Público** (Brasília), volume. especial, p. 123-132, 2007.

CAMPOS, G.W.S. et al. **Tratado de Saúde Coletiva** (Parte IV, Política, Gestão e Atenção em Saúde). São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec/FIOCRUZ, 2006.

GIOVANELLA, L. et al. **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz/Cebes, 2013.

PAIM, J. S. Descentralização das ações e serviços de saúde no Brasil e a renovação da proposta “Saúde para Todos”. In: **Conferência Regional Tendências futuras e renovação da meta saúde para todos**. Rio de Janeiro: UERJ. 1998. Série de Estudos em Saúde Coletiva, n. 175.

_____. **Saúde, Política e Reforma Sanitária**. CEPS Centro de Estudos e Projetos em Saúde. Salvador: Instituto de Saúde Coletiva-ISC. 2002.

ROUQUAYROL, M. Z; ALMEIDA FILHO, N. **Epidemiologia e Saúde**. 6. ed. Porto Alegre: MEDSI. 2006.

Disciplina 2 – Gestão da Vigilância à Saúde

Objetivo

Compreender as especificidades das vigilâncias e suas implicações para a Gestão em Saúde e de intervir, contribuindo para implementar projetos de mudança para aprimoramento dessas práticas.

Ementa

As vigilância, seus processos de construção no campo da saúde e suas configurações institucionais nas três esferas de governo. Os principais conceitos unificadores do campo das vigilâncias (risco e território). O processo de trabalho nas Vigilâncias. A articulação das vigilâncias com a Promoção da Saúde e com o Cuidado às pessoas. As vigilâncias e seus sistemas nacionais no contexto do SUS.

Referências

BREILH, J. **Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Orgs.). **A vigilância da saúde para a promoção da saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 141-159, 2003.

DE SETA, Marismary Horsth; PEPE, Vera Lúcia Edais; OLIVEIRA, Gisele O’Dwyerde. (Org.). **Gestão e Vigilância Sanitária: modos atuais do pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

FREITAS, Carlos Machado de; PORTO, Marcelo Firpo. **Saúde, ambiente e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

MEDRONHO, Roberto A. **Epidemiologia**. São Paulo: Atheneu, 2006.

MIRANDA, A. C.; BARCELLOS C, MOREIRA J. C.; MONKEN M. (Orgs.). **Território, ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. **Uma ecologia política dos riscos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 163, 2007.

ROZENFELD, Suely (Org.) **Fundamentos da vigilância sanitária**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; 2000.

Disciplina 3 - Organização e Funcionamento do SUS

Objetivo

Proporcionar o desenvolvimento das capacidades necessárias para compreender o processo de gestão em saúde e particularmente em serviços de saúde, tomando por referência o arcabouço, as diretrizes de organização e o funcionamento do SUS.

Ementa

Princípios da gestão em saúde. Administração pública em saúde e modelos aplicáveis a serviços de saúde. Características das organizações de saúde. Modelos gerenciais em saúde. Planejamento de serviços de saúde. Contratos de gestão em saúde. Desenvolvimento de atitudes gerenciais voltadas para a liderança, a negociação, a resolução de conflitos e a comunicação.

Referências

ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **RAP – Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 1, p. 77-87, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas. In: **Diretrizes para a programação pactuada e integrada da assistência à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 148p. (Série B. Textos Básicos de Saúde, vol. 5 e 7).

CAMPOS, F. E.; CHERCHIGLIA, M. L.; GIRARDI, S. N. Gestão, profissões de saúde e controle social. In: **Cadernos da 11ª Conferência Nacional de Saúde**, Brasília-DF, p. 83-99, 2000.

CARVALHO, Antonio Ivo. **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

CECÍLIO, Luiz Carlos de Oliveira; MERHY, Emerson Elias; “A Integralidade do Cuidado como Eixo da Gestão Hospitalar”. In: PINHEIRO, Roseni; MATOS, Ruben.(Orgs.). **Integralidade**. CEPESC IMS.

DUSSAULT, Gilles. A Gestão dos Serviços Públicos de Saúde: características e exigências. **Rev. Administração Pública**, FGV, abr./jun.1992.

GIOVANELLA, Lígia; ESCOREL, Sarah; LOBATO, Lenaura V. C.; NORONHA, José, C.; CARVALHO, Antonio Ivo. **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

SCHOUT, Denise; NOVAES, Hillegonda Maria Dutilh. Do registro ao indicador: gestão da produção da informação assistencial nos hospitais. **Ciênc. Saúde Coletiva**, jul./ago. 2007, vol. 12, n. 4, p. 935-944. ISBN 1413-8123.

TRAVASSOS C, Martins M. **Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde**. Cad. de Saúde Pública 2004; 20: S190-S198.

Disciplina 4 – Gestão dos Sistemas e Serviços de Saúde

Objetivo

Proporcionar o desenvolvimento das capacidades necessárias para desenhar e organizar redes de ações e serviços de saúde capazes de responder às necessidades sanitárias que se apresentam em diferentes escalas geográficas, assim como identificar as ferramentas do planejamento e programação regional e local correspondentes.

Ementa

Planejamento e Programação em Saúde. Sistemas de Saúde e Organização de Serviços. A Organização de Redes de Atenção à Saúde. O diagnóstico de situação em sistemas locais.

Identificação de problemas e definição de estratégias de intervenção de estratégias de intervenção, tradução de estratégias de intervenção em planos de ação.

Referências

BRASIL, Ministério da Saúde. **Planejamento em Saúde**. Disponível em: http://portalses.saude.sc.gov.br/arquivos/sala_de_leitura/saude_e_cidadania/ed_02/index.html

CHORNY, A. H. **Planificación em salud**: viejas Idea em nuevos ropajes. Cuadernos Medico Sociales, vol. 73, p. 23-44, 1993.

_____. **Gerência estratégica de servicios de salud**. Rosario: Instituto de La Salud Juan Lazarte, 1996.

HARTZ, Z.; CONTANDRIOPOULOS, A. P. Integralidade da atenção e integração dos serviços de saúde: desafios para avaliar a implantação de um sistema sem muros. **Cadernos Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, p. S331-S336, 2004. Suplemento 2.

Mendes, Eugênio Vilaça. As redes de atenção à saúde. Brasília: OPAS, 2011. RICO, A.; SALTMAN, R.; BOERMA, W. **Primary health care in the driver's seat**: organizational reform in European primary care. Oxford: Oxford University Press, 2005.

TESTA, M. **Pensamento estratégico e lógica da programação**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1995.

THE LANCET. **Saúde no Brasil**. Maio de 2011. Disponível em: www.thelancet.com

Disciplina 5 – Gestão Logística em Saúde

Objetivo

Demonstrar conhecimentos necessários para a adoção de estratégias e instrumentos para o abastecimento de estabelecimentos de saúde do Sistema Público.

Ementa

Cadeia de Suprimentos. Conceito. Aspectos Operacionais da Cadeia de Suprimentos. Seleção de materiais/insumos. Aquisição. Sistemática de compra e seleção de fornecedores em estabelecimentos de saúde do Sistema Público. Armazenagem: localização. Manuseio e Acondicionamento de produtos. Distribuição: tipos de redes de suprimentos

(responsabilização e envolvimento do cliente/usuário). Uso Racional dos produtos. Gestão da Cadeia de Suprimentos. Níveis de Serviço. Definição de “O Ambiente Hospitalar”. Sistemas Funcionais Prediais Presentes. Definição dos Parques de Equipamentos. Categorização das Unidades de Saúde. Ações de Gerenciamento.

Referências

AZEVEDO NETO, F. P. B. **Desenvolvimento de Tecnologia de Gestão para Ambientes Hospitalares**: o caso do Instituto Fernandes Figueira –Fiocruz. (Dissertação de Mestrado em Ciência e Tecnologia em Saúde) Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. FIOCRUZ, 2004.

BARBIERI, J. C; MACHLINE, C. **Logística Hospitalar**. São Paulo. Saraiva, 2006.

BRASIL/CONASS – Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Assistência Farmacêutica no SUS**. Brasília. 2007.

CALIL, S. J.; TEIXEIRA, M. S. **Gerenciamento de Manutenção de Equipamentos Hospitalares**. São Paulo: Fundação Petrópolis, 1998. Disponível em <http://www.bvs-sp.fsp.usp.br/tecom/docs/1998/cal002.pdf>

CARVALHO, F. E. L.; PIGNOLATI, G. M.; CAMPOS, A. J. C.. A Aplicação das metodologias ABC e XYZ na gestão logística de sistemas de saúde. **Revista Gestão da Produção**: uma visão sobre as organizações da Amazônia, p. 137-151. Manaus: ABREPO, 2006.

CONSÓRCIO BRASILEIRO DE ACREDITAÇÃO DE SISTEMAS E SERVIÇOS DE SAÚDE. **Manual de padrões de acreditação hospitalar**. Rio de Janeiro, UERJ; O consórcio, 2000. 236 p.

CUNHA, F. L. S. A aplicação da aliança logística: estudo de caso em hospitais da Universidade Federal do Ceará. **Revista Ciência e Administração**, v. 9, n. 2, p. 132-151, dez. 2003.

DAF/SCTIE/MS – Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Ministério da Saúde. **Assistência farmacêutica na atenção básica**: instruções técnicas para sua organização/Ministério da Saúde, Secretaria. Brasília, DF, Ministério da Saúde/Brasil.2006.

INFANTE, Maria; SANTOS, Maria Angélica Borges dos. A organização do abastecimento do hospital público a partir da cadeia produtiva: uma abordagem logística para a área de saúde. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, julho-agosto, v. 12, n. 4, p.945-954. Rio de Janeiro. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2007.

KARMAN, J. et al. **Manutenção Hospitalar Preditiva**. São Paulo: Ed. Pini Ltda, 1994.

NETO, G. V.; REINHART FILHO, W. **Gestão de Recursos Materiais e de Medicamentos**, vol. 12. Série Saúde & Cidadania. São Paulo: Fundação Petrópolis Ltda, 1998. Disponível em <http://www6.ensp.fiocruz.br/visa/files/Volume12.pdf>

[PASCHOAL, Maria Lúcia Habib](#) e [CASTILHO, Valéria](#). Implementação do sistema de gestão de materiais informatizado do Hospital Universitário da Universidade de São Paulo. **Revista da Escola de Enfermagem da USP** [online]. 2010, v. 44, n. 4, p. 984-988. <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342010000400018>.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura. **Manual para elaboração de projetos de edifícios de saúde na Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1996. 120p.

SANTOS, M. S. C. "ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA: um componente essencial da atenção à saúde." **Cadernos CONASS n. 7**. 2001.

Disciplina 6 - Metodologia Científica

Objetivo

Compreender o processo de pesquisa para os mecanismos técnicos e científicos no desenvolvimento de uma pesquisa.

Ementa

A Pesquisa Científica. Metodologia Geral da pesquisa: uma visão geral. Tipos de pesquisa. O método de pesquisa: definição do método, tipos de métodos, coleta de dados, definição de amostra. Análise dos dados e conclusões. Elaboração e apresentação do relatório de Pesquisa

Referências

BARUFFI, H. **Metodologia da pesquisa**: manual para elaboração de monografias, dissertações, projetos e relatórios de pesquisas. Dourados: Hbedit, 2001.

BERNARDO, W.M; NOBRE, M.R.C.; JATENE, F.B. Prática clínica baseada em evidências. Parte II – busca de evidências em fontes de informação. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v.50, n.1, p.104-108, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Como elaborar projetos de pesquisa para o PPSUS**: guia. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

CORDONI JUNIOR, L. **Elaboração e avaliação de projetos em Saúde Coletiva**. Londrina: Eduel, 2013. Livro Digital – disponível: www.uel.br/editora/portal/pages/livros-digitais-gratuitos.php

FURASTE, P. A. **Normas Técnicas para o trabalho científico** – explicitação das Normas da ABNT. 14 ed. Porto Alegre, 2006.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 7 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

20. INFRAESTRUTURA

Os polos dos municípios onde serão oferecidos o curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão em Saúde, na modalidade a distância, possuem a infraestrutura física e equipamentos básicos suficientes para o atendimento da demanda do referido curso, e contêm: laboratório de computação, com acesso à web (banda larga), bem como de projetores multimídia, aparelhos de TV e DVD e retro-projetores, *web* câmeras, além de biblioteca.

21. APOIO LOGISTICO DA ASSESSORIA EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UEMS

A UEMS fornecerá apoio logístico e administrativo pela Assessoria em Educação a Distância da UEMS. O órgão foi criado por meio da Portaria “P”/UEMS nº 483, de 03 de novembro de 2008. É ligado diretamente à Reitoria e tem como função a articulação entre ensino, pesquisa e extensão no que se refere às atividades de EaD no âmbito da UEMS. Com a criação dessa Assessoria, a UEMS se propõe a atuar no desenvolvimento de estratégias pedagógicas de multimídia e utilização intensiva da comunicação eletrônica como base de interligação entre a sede, as Unidades Universitárias, os pólos de apoio presencial e os alunos.

22. SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA IMPLANTAÇÃO DO CURSO

Os profissionais responsáveis pelas disciplinas do curso serão selecionados pela AEAD/Comissão de Processo Seletivo do curso, preferencialmente, dentre os do quadro de servidores efetivos. Na seleção será considerada a adequação dos respectivos currículos às ementas exigidas pelas disciplinas enumeradas neste projeto. Também, poderão ser selecionados profissionais qualificados, externos à UEMS. Todos os professores deverão participar da capacitação específica em EaD a ser realizada na UEMS.

23. ACERVO BIBLIOGRÁFICO

A aquisição do acervo bibliográfico do curso para os polos UAB é de responsabilidade da CAPES/UAB.

24. REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, Fernando L.; COUTO, Cláudio G. A redefinição do papel o Estado no âmbito local. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 10, n. 3, p. 40-47, 1996.

_____. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das Administrações públicas estaduais. **Revista de Administração Pública - RAP**, vol. 39,n. 2, p. 401-420, mar./abr. 2005.

BANCO MUNDIAL. Brasil: elementos de uma estratégia de cidades. Document of the World Bank. **Relatório nº 35.749-BR**. Brasília: Banco Mundial/Departamento do Brasil, novembro 2006. Disponível em:
<<http://siteresources.worldbank.org/INTBRAZIL/Resources/Cidadesbr.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2008.

BRANDIÃO, Hugo J.; PALASSI, Márcia P.; FERREIRA, Dirce N. A. **Administração Pública**. Campo Grande/MS: MEC/UAB-UFMS, 2007.

COSTA, Marisa V. Discutindo a escola básica em tempos de neoliberalismo: uma conversa introdutória. In: COSTA, Marisa V. (Org.). **Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo**. São Paulo: Cortez, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos Municípios Brasileiros – Cultura 2006**. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura2006/>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública – RAP**, vol. 40, n. 3, p. 479-499, mai./jun. 2006.

PINHO, José A. G.; SANTANA, Mercejane, W. O governo municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90. Programa Gestão Pública e Cidadania. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, vol. 20, 2001. Disponível em:
<http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos_gestaopublica/CAD%2020.pdf>.
Acesso em: 12 jul. 2008.

PRETI, Oreste. (Org.) **Educação a Distância**: inícios e indícios de um percurso. Cuiabá: NEAD/IE, UFMT, 1996.